



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de lâmpadas e acessórios para iluminação cênica para equipar o Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Cultura de Nova Friburgo:
1.3	Fundamentação legal:	Será procedida, preferencialmente, via Certame Licitatório , com participação AMPLA na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento MENOR PREÇO UNITARIO, nos termos da lei Federal nº 10520/2002 e da lei Complementar nº 123/2006, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10024/2019, caso o preço aferido na cotação de preços seja excedente ao especificado na Lei 8666/93 referente ao estipulado no artigo 24. No ultimo caso citado também será prosseguido como <u>menor preço unitário.</u>
1.4	Período:	Entrega imediata - exercício de 2021
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	COD.	UNID	QUANT. TOTAL
1	Lâmpada PAR LED 18 - 220 volts	426738	un	10
2	Lâmpada PAR 38 - 220 volts	473237	un	50
3	Lâmpada PC 1.000 watts - 220 volts	384749	un	15



4	Lâmpada Fresnel - 1.000 watts - 220 volts	425509	un	15
5	Lâmpada PAR 64 FOCO 2 - 1.000 watts - 110 volts	437223	un	10
6	Lâmpada PAR 64 FOCO 5 - 1.000 watts - 110 volts	362611	un	10
7	Íris para refletor Elipsoidal - 750 a 1.000 watts - par 64	339986	un	10
8	Folha de gelatina Branca para refletor	360126	un	2
9	Folha de gelatina Amarela para refletor	360126	un	2
10	Folha de gelatina verde para refletor	360126	un	2
11	Folha de gelatina Azul para refletor	360126	un	2
12	Folha de gelatina vermelha para refletor	360126	un	2
13	Folha de gelatina Âmbar para refletor	360126	un	2

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Cultura de Nova Friburgo realizou a ultima compra de lâmpadas no ano de 2013 através de licitação para equipar o Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura. Neste momento, com a possibilidade de reabertura progressiva dos equipamentos de cultura, não possuímos material suficiente para operar no equipamento mencionado;

3.2 A presente aquisição de lâmpadas e acessórios para iluminação cênica possui o fito de atender as necessidades do Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura no que concerne a regular utilização dos materiais para operar as atividades referentes a realização de eventos e/atividades;

3.3 A aquisição de de lâmpadas e acessórios para iluminação cênica é essencial para funcionamento do equipamento cultural mencionado, visando atender a demanda do Setor Cultural/artístico, bem como auxiliar nos demais procedimentos de utilização de equipamento cênico, sendo imprescindível para manutenção das condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento do Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura;

3.4 A Secretaria Municipal de Cultura possui 11 equipamentos culturais em atuação, sendo destes, 01 Teatro Municipal, 01 anfiteatro, 01 Praça das Colônias, 05 Pontos de Cultura (Oficina Escola de Arte - Centro, Olaria: Ponto de Cultura e Praça C'eus, Conselheiro Paulino e Riograndina), 01 Biblioteca



Municipal e 01 Sala de Leitura, além de 01 sede administrativa para gerenciamento de todos os equipamentos culturais mencionados;

3.5 As estimativas correspondentes foram baseadas na solicitação apresentada às fls. 21/22 pela Responsável pela Gestão do Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura pertencente a Secretaria Municipal de Cultura;

3.5.1 O Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura, em ano de execução normal de atividades (antes da Covid 19), executa a a média de 160 eventos/atividades por ano;

3.6 O Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura necessita dos materiais descritos no item 2.1, para sustentar o adequado funcionamento de equipamento cultural.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.1.1 As empresas em Recuperação judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da lei 11.101/2005);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. EXIGÊNCIAS PARA ENTREGA DOS MATERIAIS



5.1 A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos de transporte e a entrega do material, não cabendo nenhum custo adicional ao Município.

5.2 A empresa vencedora deverá observar a legislação pertinente sobre a qualidade e segurança dos materiais entregues sendo certo que qualquer violação as mesmas será de inteira responsabilidade da empresa vencedora .

5.3 A empresa vencedora deverá fornecer todo o material necessário à entrega de transportes atentando-se para a qualidade do material fornecido que deverá atender toda e qualquer exigência da legislação vigente e dos órgãos de proteção ao Consumidor.

5.4 A empresa vencedora deverá entregar os materiais utilizando-se de funcionários próprios.

5.5 A entrega dos materiais será supervisionado pelo fiscal do contrato acompanhado do gerente do equipamento cultural ou de outro servidor designado pelo Secretário Municipal de Cultura.

5.6 Será de inteira responsabilidade da empresa vencedora em arcar com todas as obrigações legais tais como: custos, valores, salários, FGTS, contribuição previdenciária, encargos trabalhistas, benefícios e outros quaisquer relacionados ao pessoal empregado na entrega dos materiais, sendo certo que nenhuma obrigação se estenderá a responsabilidade da Administração Pública.

5.7 A alimentação, transportes de materiais e funcionários, encargos e custos extras com funcionários serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora .

5.8 Competirá a empresa vencedora arcar com todos os custos necessários ao bom andamento dos trabalhos, especialmente de viagem, hospedagem e transportes dos seus funcionários, bem como, responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas ou obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços.

5.9 A forma de entrega e execução de qualquer serviço advindo da contratação deverá ser observada e cumprida de forma a não causar acidentes e criar prejuízos que envolvam a Administração Pública ou terceiros. Qualquer violação ensejará culpa exclusiva da empresa contratada/vencedora da licitação.

5.10 A empresa vencedora deverá observar o prazo de entrega estipulado no edital licitatório.

5.11 A empresa contratada/vencedora estará ciente que deverá estar em quite com a documentação da empresa e funcionamento junto aos órgãos competentes bem como da segurança dos materiais entregues.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

6.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30.43
6.1.2	Fonte de Recurso:	0001
6.1.3	Programa de Trabalho:	18001.13392.01112.110

6.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 45 (quarenta e cinco dias) úteis, contados do recebimento da assinatura do contrato:

Secretaria requisitante:	Secretaria Municipal de Cultura
Endereço:	Rua Farinha Filho, nº 50- Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 A entrega dos materiais será supervisionado pelo fiscal do contrato acompanhado do gerente do equipamento cultural ou de outro servidor designado pelo Secretário Municipal de Cultura.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;



7.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:



10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:



11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)

11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Cultura, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Cultura;

12. DA GARANTIA

12.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Carolina Beurmann de Silveira	62149	Gestor titular
Cristina Paula de Lima Cardoso	100586	Gestor substituto
Nilberto Oliveira Herdy	62110	Fiscal titular
João Vitor Guerra Toledo Tamez	62148	Fiscal substituto

15.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente



envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

15.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;



- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa:

17.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

17.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

19. DA RESCISÃO

19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Cultura o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

19.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Cultura;

19.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Cultura.

19.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.



GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Joffre Evandro Silva Matricula 100726	<hr/> Cristina Paula de Lima Cardoso Matrícula: 100586

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Joffre Evandro Silva
Secretário Municipal de Cultura
Matrícula nº 100726